



**IV CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO IESE: “ESTADO, RECURSOS
NATURAIS E CONFLITOS: ACTORES E DINÂMICAS”**

**IV IESE INTERNATIONAL CONFERENCE: “STATE, NATURAL RESOURCES
AND CONFLICT: ACTORS AND DYNAMICS”**

PAINÉIS DA CONFERÊNCIA / CONFERENCE PANELS

MAPUTO, 27 E 28 DE AGOSTO DE 2014

Nota/Note:

Esta brochura contém os resumos organizados de acordo com os painéis. / This booklet contains the abstracts organized according to panels

Painel A1: Estado, recursos e desigualdades I

Anu Muhammad – Jahangirnagar University, Dhaka, Bangladesh.

State, natural resources and energy security: "Resource curse" model and the way out

This paper is an attempt to examine myth and reality regarding natural resources and energy security in peripheral economies with special focus on Bangladesh. It includes global experiences with revealing fact that, resource abundance does not automatically ensure development of a country. There are countries that have huge natural resources, have high FDI in extractive industries, have high rate of extraction as well as export. But wrong policies, corrupt ruling elite, corporate hegemony and 'grabber friendly institutions' made these countries trapped in underdevelopment and therefore highly vulnerable, unable to utilize its resources for its own people. Theories of 'resource curse' have emerged because of these countries. This paper has brought together facts and figures to show that the countries like Bangladesh do not suffer, as commonly shown, because of capital or resource scarcity, not even for lack of technology or skill human resources. On the contrary, sufferings originate from local hegemonic rulers and global alliances who, in the name of development, place 'grabber-friendly policies' and therefore use corrupt practices for extracting disproportionate private profit from common property.

Japhace Poncian - Mkwawa University College of Education, Tanzania

Balancing the needs of citizens and corporate interests: Tanzania's mineral sector regulation and its relevance to Mozambique

In most resource rich African countries, balancing national interests and the needs of citizens with corporate interests has always been a stern challenge. Since the 1980s, resource rich African countries have been racing against each other to attract Foreign Direct Investment into their ailing economies. Under the guidance of the International Financial Institutions (IFIs) African states were just told to create conducive environment as a means of attracting in FDI crucial for economic growth whose benefits would trickle down to the poor. Issues pertaining to the socio-economic consequences of this were not prioritized. The African state thus became an agent for corporate and IFIs interests at the expense of the needs and rights of citizens. The limited benefits and the unfulfilled promise of development brought public uproar that forced the state to look into the mineral sector regulation with a view of reforming the legal and policy framework to increase the sector's contribution to national economy. Consequently, in 2009 and 2010 Tanzania re-written its mineral sector policy and law respectively so as to increase the sector's contribution to the economy, increase value addition and mineral beneficiation, create linkages between the sector and other sectors, and improve local people's participation in mining activities. That this was achieved does not mean that it just came as easily as that. In fact, the process was protracted and allegedly involved corporate manoeuvres such as trying to corrupt some key officials and threatening to leave the country if the President signed the Bill into a Mining Act. Notwithstanding this, pressure from the civil society organizations and the general public made the state to hold on and enact a new law that has since 2010 come into operation. The proposed paper draws on secondary sources, media reports and other relevant material to examine this process in the light of establishing some lessons for Mozambique as it embarks on a not so simple resource extraction for broad based, equitable and just development process. It makes an argument that for Mozambique to get the best out of its natural resources (oil, natural gas, etc) the state has to be very bold and tough on multinational corporations and allow a

nationwide popular debate about how the resources should best be used for the country's development.

Nelson Tivane - Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique

"Erros da repetição da história": Os impactos da extração do carvão sobre o emprego e a produção económica local (1978 - 2012), um olhar aos principais factores e desafios da "indústria extractiva" em Moatize

Mediante mudanças de regimes político-económicos e de extração do carvão, este artigo procura mostrar e explicar, numa perspectiva histórico-comparativa e crítica, os principais factores ligados ao que surge como "erros da repetição da história", isto é, factores que fragilizam e reduzem o peso da indústria de extração do carvão sobre os sectores mencionados. Analisa, de forma crítica, a produção agrária no contexto da predominância da "indústria extractiva"; e, por fim, discute os principais desafios deste sector como uma "possível" e principal base da economia de Moatize.

Obijiofor Aginam – United Nations University-International Institute for Global Health (UNU-IIGH), Kuala Lumpur, Malaysia

Transnational Corporations, Human Rights and Environmental Sustainability: Opportunities, Dilemmas, and Paradoxes for the African Extractive Economies

Because the "private macro-power" of TNCs override the "State micro-power" in most of the extractive African economies, "all social actors – States, businesses, and civil society" must be brought into the governance framework that would effectively mediate and regulate the human rights and environmental consequences of transnational corporate actors operating in the extractive sectors of resource-rich African countries.

Painel A2: Estado, recursos e desigualdades II

Evaristo Haulle – Mkwawa University College of Education, Tanzania

Land resource in Tanzania: Whose State, whose resource?

This paper tries to assess the land resource in Tanzania in relation to ownership, access and control in order to attain human livelihoods and development. The paper assumes that ownership of both resources and state has crucial impact in the stability and development of the community. Similarly, the accumulation process creates the classes that will in turn cause instability of the community. The paper employs political ecology approach to analyze the state of art in Tanzania in relation to land resource through history. In-depth interviews and Focus Group Discussions were employed to capture primary data. Literature review was employed to establish historical trend in relation to conflicts and contradictions that exist to date.

João Feijó e Aleia Agy – Observatório do Meio Rural, Moçambique

Indústria extractiva, êxodo rural e economia camponesa – um estudo de comunidades nas províncias de Nampula, Tete, Gaza e Maputo

Os últimos anos têm sido acompanhados pelo surgimento de inúmeros megaprojectos, sobretudo na indústria extractiva, com efeitos multiplicadores noutros sectores da economia (na construção, nos pequenos estabelecimentos de alimentação e bebidas ou no comércio informal), que têm sido responsáveis pela atracção de uma grande quantidade de trabalhadores não qualificados para os crescentes centros urbanos ou industriais, a maioria oriundos de zonas rurais. É neste contexto que se pretendem analisar os efeitos das tendências migratórias para as zonas de exploração extractiva ao nível da economia camponesa, em termos de relações de trabalho, mudança de hábitos, quer produtivos, quer em termos de consumo e de investimento.

Com recurso a um conjunto de abordagens de cariz qualitativo, pretende-se analisar diversas comunidades rurais marcadas pelo êxodo masculino, tanto no Norte (no corredor de Nacala), como no Centro (no vale do Zambeze), como no Sul de Moçambique (no distrito de Chibuto e na capital – zona verde) e analisar como se transformam as dinâmicas produtivas, bem como as respectivas consequências ao nível da reprodução familiar. Trata-se, por um lado, de analisar o impacto das migrações masculinas ao nível da organização do trabalho nas unidades económicas camponesas e da capacidade produtiva da mesma. Por outro lado pretende-se analisar de que forma são aplicados os valores monetários oriundos do assalariamento urbano, quer ao nível do investimento em meios de produção, quer em bens de consumo, quer no reinvestimento nos círculos sociais ou em redes clientelistas.

Carla Guapo Costa e Carlos Paradona – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas/Universidade de Lisboa, Portugal

A responsabilidade social corporativa das empresas transnacionais e o papel do Estado: Dinâmicas e perspectivas no quadro da prospecção e extracção de recursos naturais em Moçambique

Recorrendo à análise de fontes documentais, dados estatísticos e análise de conteúdo, e tomando como caso de estudo Moçambique mas generalizando a investigação a outros países em desenvolvimento, a estrutura do presente artigo centra-se em dois pontos fundamentais: 1. A discussão da responsabilidade social corporativa (RSC) das empresas transnacionais em Moçambique, dinâmicas e perspectivas, num contexto em que se assiste ao reforço da primariedade da sua economia assente na prospecção e extracção de recursos naturais, com vozes de contestação de partes interessadas que receiam a sustentabilidade desse investimento, face a um enquadramento político e institucional fragilizado. A nossa investigação leva-nos a concluir que o funcionamento desta rede de actores e, principalmente, a capacidade institucional, são ainda muito mais frágeis nas economias emergentes e em desenvolvimento, tornando-as, naturalmente, mais vulneráveis a interesses pouco consentâneos com o desenvolvimento local. Mas, por outro lado, verificamos também que as práticas de sustentabilidade se estão a tornar uma fonte de vantagem competitiva para as empresas no sector da mineração, com benefícios para a imagem da empresa e maior facilidade de acesso aos recursos; 2. Num segundo plano, discutimos também a concepção e implementação das políticas públicas relacionadas com a atracção de IDE e a sua inter-relação com as necessidades da economia e sociedade locais. A nossa investigação permite-nos concluir que o cumprimento destes critérios de responsabilidade social empresarial não é feito de forma muito assertiva, verificando-se mesmo a existência de elevados passivos (económicos, sociais, ambientais) durante o período da permanência das empresas em causa ou depois do abandono das actividades. Por outro lado, tentamos também demonstrar que os governos dos países de acolhimento não estão totalmente isentos de responsabilidade, pois, na disputa pelo investimento, põem muitas vezes em prática políticas públicas competitivas na captação daqueles capitais, e cuja competitividade assenta, muitas vezes, na flexibilização e minoração dos critérios de protecção económica, social ou ambiental.

Painel A3: Estado, elites, acumulação

Ana Sofia Ganho – University of Manchester, Reino Unido

Land, water and agri-business in Gaza, Mozambique: The (re)making of sovereignty?

This paper explores the tension between a state as weak or as able to negotiate the terms of the deals, contending that it has not been explored systematically in the literature about “land grabs”, where the notion of sovereignty remains under-theorized. This paper thus proposes to address

this gap in the literature by drawing on notions of sovereignty that, rather than an a priori attribute that a state either does or does not possess as a unitary entity, represents a set of powers that are shaped by the interaction among domestic and international actors, both at the decision-making and regulatory level, and the implementation level, in particular areas of governance (e.g., agriculture, investment). For illustrative purposes, the paper contrasts the potential implications for state sovereignty of agribusinesses funded by the Chinese state and by global private equity, in the agricultural districts of Gaza province of Southern Mozambique. More specifically, it contrasts their modus operandi from the level of negotiation of the deals to the ways they are implemented, and the level of state intervention that each accommodates. In one case, another state serves as an underwriter of the project's investment, couching the support package in foreign relations in a language of equality and respect for sovereignty. It affords state-to-state coordination, with margin for negotiating the terms of the deal and the level of transparency associated with it. On the other hand, the private-equity model of agribusinesses is based on a shareholder value approach that entails short-term strategy (and quick exit if needed) with conservative productive activity and investment; further, the centers of decision are far removed from the host country's authorities. This paper proposes to assess the degree to which these two models afford different opportunities for the state's configuration of power and for shaping development agendas.

Daniela Andrade – ISS/Erasmus University of Rotterdam, Holanda

The political economy of Brazil-Mozambique agricultural partnership. The way things are and the way they appear to be

In the last decades of global neoliberalism, Brazil emerged as an agricultural powerhouse. The impressive development of its agriculture has been important for reaching a new status in the global economy, so that now, the internationalization of Brazilian food and agribusiness enterprises has been sponsored by the state, as an important step to meet its economic and political ambitions. Africa became an important destination of Brazilian investments. Mozambique is one of the main partners in agricultural projects. During the same period, Mozambican agriculture remained marked by low productivity, poverty and food insecurity. These two paths are now connected through a cooperation agenda sponsored also by the Mozambican states, with clear economic and political interests from both sides. Brazil and Mozambique meet at the moment the future of agriculture, particularly in poor rural economies like Mozambique, is at the crossroad. Global alliances are now being formed to invest in agriculture. The future of agriculture, and how it will match different objectives and class aspirations is a question of political economy. Aware of the historic importance of this moment, this research proposes to contribute with an analysis of the agricultural partnership Brazil-Mozambique and for that, a method needs to be set out. Deriving from the Class Political Economy, this research intends to shed light on, first, the historical agrarian development of the two countries, particularly by looking at the relations of production historically developed within the world economy – with especial attention to capital export – and the effects of them on the pattern of agricultural development, economy and society.

Teresa Smart e Joseph Hanlon – Open University, Reino Unido

Agriculture is a Mozambican resource. The case for small commercial farmers

The majority of Mozambicans are still rural, and Mozambique's land is underutilized, although it is neither unused nor unoccupied. The use of that land is linked to a broad range of issues, including national economic development, poverty reduction, food security, job creation, and rural class formation. Who benefits from the land, and who does not? In this paper we look at an emerging group of small and medium commercial farmers and argue that they should be supported. We will argue in the paper that small and medium commercial farming has many

problems, but is still the best way forward. They create more jobs and thus reduce poverty better than the dual strategy. But they will also need support to use more land. There are already conflicts of the best land, and the government will need to decide if the good land will go to Mozambican commercial farmers or to foreign investors.

Painel A4: Modelos de desenvolvimento

Mike Muller – University of Witwatersrand, África do Sul

The new dynamic of water resource development and management in Southern Africa

Water resources underpin all social and economic activity and are an integral part of the environment. However, the mechanisms by which benefits flow from the resource to individuals, collectives and nations are complex. Water is a prime example of a common pool resource, access to which is usually regulated by the state, which is also often responsible for the development of the resource to meet the changing needs of communities and the society more broadly. However, for most Southern African countries, options for the use and development of the resource have often been constrained by external forces. Much attention has been focused on potential conflict between countries who share rivers that cross borders and the need to build regional institutions to manage the shared resource. However the evidence is that constraints imposed by donors and policy activists from the North have hindered action that could have supported local development and regional integration. The arrival of China and Brazil has fundamentally changed this dynamic. This paper will outline the issues and consider the implications for Southern Africa generally and Mozambique in particular.

Patrick Bond – University of KwaZulu-Natal, África do Sul

Theory and Practice in Contesting Extractive-Oriented Infrastructure in South Africa

A long period of capitalist crisis has amplified uneven and combined development in most aspects of political economy and political ecology in most parts of the world, with a resulting increase in the eco-social metabolism of profit-seeking firms and their state supporters. This is especially with the revival of extraction-oriented corporations, especially fossil fuel firms, which remain the world's most profitable. What opportunities arise for as multi-faceted a critique of 'extractivism' as the conditions demand? With ongoing paralysis of United Nations climate negotiators, to illustrate, the most critical question for several decades to come is whether citizen activism can forestall further fossil fuel combustion. In many settings, the extractive industries are critical targets of climate activists, e.g. where divestment of stocks is one strategy, or refusing access to land for mining is another. Invoking climate justice principles requires investigating the broader socio-ecological *and* economic costs and benefits of capital accumulation associated with fossil fuel use, through forceful questioning both by immediate victims and by all those concerned about GreenHouse Gas emissions. Their solidarity with each other is vital to nurture and to that end, the most powerful anti-corporate tactic developed so far, indeed beginning in South Africa during the anti-apartheid struggle, appears to be financial sanctions. The argumentation for invoking sanctions against the fossil fuel industry (and its enablers such as international shipping) is by itself insufficient. Also required is a solid activist tradition. There are, in 2014, two inter-related cases in which South African environmental justice activists have critiqued multi-billion dollar investments and thus collided with the state, with two vast parastatal corporations and with their international financiers. Whether these collisions move beyond conflicting visions, and actually halt the fossil-intensive projects, is a matter that can only be worked out both through argumentation – e.g. in the pages below – and through gaining the solidarity required to halt the financing of climate change.

Rozenn Nakanabo Diallo – Université de Bordeaux, França

Conservation politics and State formation in Mozambique: The case of Gorongosa and Limpopo parks

This presentation addresses state formation through the analysis of conservation politics in two national parks in Mozambique, Gorongosa and Limpopo, where I conducted field research between 2009 and 2012. Both of them illustrate two recent trends in nature conservation, namely a public-private partnership between the state and the American Carr Foundation in Gorongosa National Park, and a transfrontier park in Limpopo. Both Gorongosa and Limpopo national parks are managed by transnational teams and allow them state to further its local presence in the hinterland. I will show that these transnational apparatuses do participate to the state formation process in Mozambique. I will also argue that these dynamics are not new, and are not only linked to what I call the “aid regime”. National parks are indeed closely tied to state-building dynamics ever since the colonial period, for they are symbols of state-controlled territories and of state sovereignty – and they have been historically the sites of state intervention. I will thus propose an analysis of present trends in Gorongosa and Limpopo National Parks, within the frame of a historical perspective to show, in Gorongosa and Limpopo regions, how conservation politics can, since colonial times, shed light on state formation in Mozambique.

Painel B1: Estado, finanças e acumulação I

Johanna Cornet – University of Michigan, Estados Unidos da América

Natural resources rents and fiscal policy

In my research, I address the question of how natural resource rents affect a nation’s fiscal policy. My hypothesis predicts that the higher the rents from natural resources, the less socially and economically efficient a country’s fiscal policies are. Testing this hypothesis sheds light on the puzzle of the natural resource curse. The methods used to confirm or reject this theory are, first of all, a quantitative, statistical analysis which explores the relationship between natural resource rents and fiscal policies, accounting for possible confounding variables. Natural resources rents are a measure of the income of a country from natural resources. Fiscal policy measures include information about how big the share of government revenues comes from taxation. I will use indicators from the Country Policy and Institutional Assessment (CPIA) dataset from the World Bank in order to measure the quality of spending and fiscal policies in countries. Secondly, a qualitative analysis with a most similar system design compares the fiscal policies between countries and focuses on the historical economic and political development path of these countries and particularly on the fiscal policies.

Nara Monkam – African Tax Administration Forum, África do Sul

Achieving Tax Revenue Mobilization in an Oil and Gas Economy

The recent oil and gas finds in African countries such as Liberia, Ghana, Uganda, Kenya, Tanzania, Namibia, to mention but a few, have raised concerns whether these countries are not going to abandon the traditional sources of revenue mobilization for Governments, that is taxation. Other concerns have to do with the fear of a “Resource Curse” and the “Dutch Disease” on the countries in which these natural resources have been found. Taxation provides governments with the much needed revenue for development, fiscal reliance and sustainability, hence ensuring growth in an economy. Thus despite the oil and gas find, governments need to strengthen domestic revenue mobilization by designing a tax system that promotes voluntary tax compliance, encourages good governance, as well as making the tax system very effective. It is a known fact that achieving a simpler, equitable and transparent tax system as well as

broadening the tax base to ensure increased revenue mobilization has been of great concern in many developing countries. This is indeed the reason why the oil and gas find brings with it the apprehension that attention may likely sway from concentration on domestic revenue mobilization through taxation which would have a long term debilitating effect on the economy of these natural resource endowed countries. This paper seeks to discuss the relevance of the need to sustain domestic revenue mobilization in the wake of the natural resource finds. The paper identifies the challenges facing natural resource countries in their tax systems and make recommendations on how to improve efficiency and transparency of tax administrations and how they can strengthen tax policies to enable them broaden the tax base as well as combat tax avoidance and evasion to ensure increased revenue mobilization so as to avoid dependence on the oil and gas revenues.

Fernandes Dovale G. Wanda – Universidade Agostinho Neto, Angola

Financing post-war (re) construction: The changing role of natural resources wealth in Angola

This paper aims to shed light to the fact that most of the initial financial resources available to the state for the post-war reconstruction effort and economic revival in Angola have been primarily secured through oil backed loans. Furthermore, by looking at the changes occurred in the country's GDP composition since the end of the war in 2002 and at the source of revenue in the National Budget over the period after the war, it will argue that post-war economic (re)construction and economic revival in Angola may challenge some of the tenets of the resource curse theory. This work is structured as follows: an overview of the context and delimitation of our analysis is presented in the introduction, followed by the challenges of financial resources mobilization for the post-war reconstruction and economic revival in Angola in Section 1. This section highlights how the emergence of China has allowed the state in Angola to avoid the kind of reforms often imposed by international financial institutions such as IMF and the World Bank. Section 2 examines the role of infrastructure in economic development and analyses how the state in Angola has spent the loan secured through China. Then, in Section 3, it analyses whether or not changes in the country's GDP composition have occurred as well as in the contribution of the non-mineral sector to the National Budget as a source of revenue. This is followed by the conclusion and a list of the cited references.

Lindsey Allwright & Vanda Castelo - DNEAP - Ministério da Planificação e Desenvolvimento, Moçambique

A model to forecast natural gas government revenues in Mozambique (2020 – 2035)

This paper devises a model to estimate government revenue from natural gas between 2020 and 2035. As there is currently not enough domestic demand for gas, most of the gas will be converted to liquid natural gas (LNG) to be transported to far away markets. We therefore base the production of natural gas on LNG trains and forecast government revenue figures for two, four and six LNG trains. Forecasting revenue is made more complicated due to the complexity of the fiscal regime and the slow and expensive development process of the LNG industry. To identify the main determinants of government revenue, we conduct sensitivity analysis of several variables to see how significantly they affect total revenue. We examine changes in the price of gas, cost recovery limits and increases in capital expenditure costs on the four train scenario. What we identify as significant factors is important for the government to take into account when negotiating fiscal contracts with companies. We then look at other sources of revenue the government may earn including the government's equity participation and production bonuses. As well as estimating the timeline and magnitude, the model also hopes to help provide clarity and inform the wider public of the main determinants of government revenue from the natural gas sector.

Painel B2: Estado, finanças e acumulação II

Zita Joaquim e Egidio Cueteia - DNEAP - Ministério da Planificação e Desenvolvimento, Moçambique

Gestão de receitas públicas versus transparência fiscal

Moçambique é um país que vem enfrentando um processo, que esta a ser acompanhado, recentemente, por um Boom na exploração de recursos naturais. Facto este, que vem levantando questões a volta da transparência do estado na gestão da receita proveniente da explorações dos mesmos. Nesta perspectiva, sendo a transparência fiscal uma variável que determinante na promoção de debates mais informado entre a população e os fazedores de políticas no desenho e resultados da política fiscal, e conseqüentemente para a prestação de contas durante o seu um mandato; o presente artigo tem como objectivo: Analisar em que medida a política fiscal toma em consideração os princípios de transparência fiscal. O que será verificado levantando as seguintes questões: Quais os principais determinantes da política fiscal? Existe transparência fiscal em Moçambique? Se sim qual o envolvimento da população na determinação dos impostos e taxas? Em que medida esta claro, qual o volume de recursos provenientes da exploração dos recursos naturais? quais os mecanismos de gestão fiscal que existem?

Fernanda Massarongo – IESE, Moçambique

Porquê os bancos comerciais não respondem à redução das taxas de referência do Banco de Moçambique? Reflexões

Em Moçambique, entre Agosto de 2011 e Abril de 2013 o banco central reduziu consecutivamente e significativamente as suas principais taxas de juro de referência, nomeadamente, as taxas de Facilidade Permanente de Cedência (FPC) e as dos bilhetes de Tesouro (BTs) de diferentes maturidades em cerca de 42% e 75%, respectivamente. Todavia, durante o mesmo período, as taxas de juro activas dos bancos comerciais responderam com uma significativa diferença temporal em relação a variações das taxas de referência do Banco de Moçambique e a ritmos 4 a 8 vezes mais lentos. O que levou ao alargamento do spread entre as taxas de referência e as taxas activas dos bancos comerciais. O que explica a rigidez temporal e proporcional demonstrada pelas taxas de juro dos bancos comerciais em relação as taxas de juro directoras do banco central? O artigo proposto para a presente conferência, sistematiza uma série de hipóteses lógicas que podem orientar a discussão sobre os factores que influenciam a eficácia da política monetária em Moçambique. As mesmas hipóteses derivam do conhecimento já existente das dinâmicas, estruturas e ligações entre a economia como um todo e o sistema financeiro. Especificamente, o artigo olha para três questões principais: (i) A política monetária no geral e o contexto em que a mesma é aplicada. (ii) A estrutura do sector financeiro; e (iii) a estrutura da base produtiva da economia.

Seeraj Mohamed – University of Witwatersrand, África do Sul

The South African Macroeconomic regime during the post-apartheid period

There is much to be frustrated about when considering the state of South African macroeconomic debates since 1994. However, there does seem to be a small opening in the public discourse away from the 1996 GEAR (Growth, Employment and Redistribution) neo-liberal discourse where the rational expectations leaning of the Finance Minister led him to pronounce that there is no room for debate about macroeconomic policy. Unfortunately, most macroeconomists heeded his proclamation. I hope that I can contribute to further breaking open this debate through shifting discussion towards systems of accumulation through describing and popularizing the notion of a South African macroeconomic regime.

I will write an article that examines key aspects of South Africa's macroeconomic regime over the past two decades. I will draw on my previous research and adapt aspects of the methods

and approach used by Herr and Kazindziska (ibid.) to make them relevant to a developing economy, and South Africa in particular.

Painel C1: Sistema social de acumulação

CarlosNuno Castel-Branco – IESE, Moçambique

Esboço para uma crítica da economia política do desenvolvimento em Moçambique

Será a história económica recente de Moçambique melhor descrita como milagre ou miragem? Em que sentido é milagre e porque persiste a imagem de miragem? Que contradições e paradoxos se manifestam numa economia que nos últimos 10 anos duplicou e se tornou a segunda em África no que diz respeito à atracção de investimento directo estrangeiro (IDE)? Como é que as prioridades económicas, políticas e sociais, estruturadas por um contexto de expansão do capitalismo e de financeirização como modo de acumulação, se conjugaram para formar o padrão actual de desenvolvimento económico e social? Que implicações têm, essas prioridades e dinâmicas, para as opções futuras. Esta comunicação tenta responder a estas questões olhando para os padrões de crescimento e transformação económica, os desafios que colocam e o contexto económico, social e político, em condições históricas específicas, de que fazem parte. O artigo argumenta que o “milagre” moçambicano é relacionado com a eficácia da política pública em promover a tripla aliança entre o Estado, o capital financeiro doméstico e o capital multinacional para expandir a acelerar a base de acumulação de capital em Moçambique, enquanto a miragem, resultado dessa estratégia pública, se revela no carácter extractivo, poroso e vulnerável de um processo de desenvolvimento capitalista que gera pobreza e exclusão.

Marc Wuyts e Blandina Kilama – REPOA, Tanzania

Planning for Economic Growth and Structural Transformation in Tanzania: Part I Conceptual Issues

Recently, in Tanzania, the question of economic transformation has become the focal point of macroeconomic policy (Mpango, 2013). Mpango’s focus is on policy formulation based on forward projections using the ‘typical’ middle-income country as a blueprint, and, hence, Mpango makes little or no reference to lessons that could be drawn from the socioeconomic transformations – positive or negative – that already took place under the impulse of economic reforms and, in particular, the experience with a high rate of growth of the economy in the last 15 years. Yet processes of change are invariably context-specific and path-dependent and, hence, cannot necessarily be depicted only with reference to a stylized blueprint. In contrast, this paper takes a different track and seeks to engage in an empirical enquiry of past processes of economic transformation in Tanzania, particularly since the economic reforms of the 1980s. More specifically, this paper seeks to explore the changing patterns of accumulation and structural change that characterized the Tanzanian experience since structural adjustment. The aim of this paper, however, is not just to look backward by engaging in an historical inquiry of past developments, but instead to extract lessons from the past that might be relevant to the challenges of economic transformation in the future. Our aim, then, is to distil some key stylized facts from past processes of accumulation and structural change in Tanzania that hint at possibilities for and obstacles to the challenge to foster growth-enhancing structural change in Tanzania in the future.

Planning for Economic Growth and Structural Transformation in Tanzania: Part II Empirical Explorations

In this paper, we are not concerned with the theoretical analysis of the concept of economic transformation since we dealt with this issue in a different but related paper (Wuyts & Kilama, 2014), but we shall nevertheless cross-reference to some of the key premises developed in that parallel paper to enable us to put the empirical explorations in this paper into their analytical context. This paper, therefore, is essentially empirical in nature, with explicit focus on distilling stylized facts from Tanzania's recent economic developments. The paper does not make use of econometric analysis since our empirical enquiry will be particularly focused on changing patterns of growth and composition of aggregate expenditures on final demand, on the evolution of the saving-investment equality, on the growth in aggregate production and its division across productive sectors in the economy, on the dynamics of population and labor force growth and its changing composition and momentum, and, finally, on the resulting patterns of structural change as revealed by differential growth rates in productivities within and across productive sectors of the economy. This paper assumes familiarity with national income accounting identities, growth accounting and decomposition analysis, basic demographic accounting of population growth, structure and momentum, and employs a simple framework for the arithmetic of structural change. For convenience of reading, techniques used in this paper will be briefly explained before applying them.

Painel C2: Política industrial

Epifânia Langa e Oksana Mandlate – IESE, Moçambique

Promoção de conteúdo local dos mega projectos em Moçambique: dinâmicas dos fornecedores locais

Estabelecimento de ligações produtivas entre mega projectos de investimento directo estrangeiro (IDE) e fornecedores locais têm merecido uma crescente atenção no debate público, despertando elevadas expectativas de oportunidades de mercado e multiplicação de ligações com geração de capacidades produtivas, emprego e transferência de tecnologia. Ou seja, estas ligações produtivas representam uma esperança de transformação estrutural da economia de Moçambique.

O objectivo deste artigo é analisar experiências de ligações e iniciativas de promoção de ligações produtivas com mega projectos de IDE em Moçambique e o seu impacto no objectivo de transformação estrutural da economia. O artigo argumenta que as actuais dinâmicas, tanto de ponto de vista de impacto na estrutura produtiva, tanto de ponto de vista de economia política (estruturação de programas de ligações), reflectem e tendem a reforçar o padrão de acumulação extractivo da base produtiva nacional. O estudo baseia-se na análise das dinâmicas junto aos três mega projectos, localizados em Maputo e Tete, nomeadamente, Mozal, Vale e Rio Tinto. A pesquisa bibliográfica e documental será complementada com entrevistas semi-estruturadas a diferentes actores, entre mega projectos, empresas, instituições do Governo, associações empresariais e organizações da sociedade civil, em Maputo e Tete.

Sibulele Nkunzi e Nicolas Pons-Vignon - University of Witwatersrand, África do Sul

Looking at industrial policy through reciprocal control mechanisms: The case of the South African motor industry development program

The Motor industry development programme (MIDP) was adopted in 1995 as a sector targeted approach to build the competitiveness of the sizeable but inward-looking and isolated South African automotive industry. This paper will do so by drawing on Amsden's (2001) idea that the key to the success of IP lies in the effective design and implementation reciprocal control

mechanisms (RCM). RCMs are a government's instrument to ensure that the support provided to firms is used to improve competitiveness, both directly and in the supply chain. This would link the subsidization of foreign OEMs with learning and industrial performance. Through the study of MIDP-related RCMs, this study aims to shed light on the South African automotive industry's disappointing results with respect to employment creation, development of supplier industries and subsidization of learning.

Susan Newman e Lotta Takala-Greenish - Bristol Business School e SOAS, Reino Unido

African industrialization: Is global value chain development the answer?

At the level of the international financial institutions and development agencies, Justin Lin's New Structural Economics (NSE) has come to the fore as orthodox (neoclassical) theoretical justification for industrial policy in the 21st century. At the same time, Global Value Chain Development (GVCD) as the process of entry into and upgrading along transnational supply chains, has emerged in recent debates on African industrialization. This paper investigates the conjuncture of these two approaches both in terms of their theoretical underpinnings as well as the policy conclusions that develop out of these lines of thinking. We compare both the explicit and implicit understanding of industrial development in economic growth within GVCD and NSE approaches with those from classical political economy and heterodox economics in order to assess the extent to which these approaches inform industrial strategies that can result in employment creating, self-reinforcing and rapid inclusive economic growth through the growth of manufacturing. We then draw upon the notion of the Minerals Energy Complex (MEC) as a historical political economy approach to industrial development in South Africa to assess the scope and limitations of resource based industrialization in delivering broad-based and equitable growth in African economies today.

Painel C3: Economias petrolíferas

I. G. Batayo – Afe Babalola University, Nigéria

The challenges of inclusive growth in sub-Saharan Africa: A comparative analysis of Angola and Nigeria

Since the turn of the Century, African economies have undergone considerable transformation, with consistent and robust growth, in sharp contrast to decades of slow or even negative growth, which characterized the 1970s into the 1990s. However, contemporary economic growth in Sub-Saharan Africa is largely unaccompanied by employment generation or increased livelihood opportunities. Consequently, poverty levels across the region remain relatively high, at 48% of the population. The lack of inclusive growth holds grave implications for the poor, who are neither able to contribute to, nor benefit from, economic growth. The challenges posed by lack of inclusive growth are particularly evident in Angola and Nigeria, countries that feature economies driven by the petroleum industry. The industry is an enclave economy, with little linkages to the other sectors of the economy. Also, growth in the petroleum industry is driven by the demand trends in the global oil markets. The markets often feature extreme volatility, which holds grave implications for oil producing economies. In the past, a few years of robust oil revenue is followed by several years of oil glut in the market, driving down prices and posing grave difficulties to policy makers in oil producing economies. Macro-economic shocks that often accompany weak oil prices in oil producing economies include rising inflation and unemployment, slow economic growth, high budget deficits, and foreign exchange difficulties.

Jan Isaksen – The Chr. Michelsen Institute, Noruega

Petroleum resource management in Norway: A role model for upcoming African petro-states?

This case study of the political economy of petroleum resource management in Norway traces key features in the Norwegian oil-age history and assesses preconceived views of success and suitability of Norway as a role model for petroleum policies in the new “petro-states” of Africa. As predominantly a raw materials exporter with a relatively low level of industrialization, Norway has many economic features in common with resource rich countries in Africa.

A tentative conclusion is that the technical, institutional and organizational arrangements that are seen as the main pillars of the Norwegian management of natural resource wealth are not per se anything like rocket science and can be used or adapted to other countries. However, the underlying economic-political bedrock, the social and economic characteristics of Norway, built up through its history and the political and economic circumstances shaping decisions at the time when they were taken can hardly be duplicated. This does however not mean that “Norwegian” solutions cannot be used. They can be built on other socio-political bases, perhaps with somewhat different organizational models.

Patrício Langa – Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique

A miséria do ensino superior: Relação com o saber, exclusão por dentro, financiamento e recursos naturais

Neste artigo examino três aspectos inter-relacionados do que considero serem alguns problemas estruturais do ensino superior em Moçambique, nomeadamente: (i) o crescimento do acesso as instituições de ensino superior (IES), sem necessariamente representar maior acesso ao conhecimento científico e tecnológico (ii) o crescimento gradual dos graduados credenciados, mas sem representar necessariamente maior capital cultural e científico. A combinação dos dois aspectos anteriores constitui o que designamos de produção em massa de leigos escolarizados; e (iii) as consequências combinadas das distorções do modelo de financiamento do ensino superior público, para investigação, inovação e extensão, particularmente na pós-graduação, num contexto de maior pressão política para que a IES respondam a propalada necessidade de capital humano qualificado para dar conta da descoberta de recursos naturais.

Painel D1: Conflito e construção do Estado I

Eric Morier-Genoud – Queen’s University Belfast, Reino Unido

Memória e política no pós-guerra

A segunda república de Moçambique trouxe não só uma nova economia e uma nova organização social, mas também um novo regime de memória. Dum lado o acordo de paz de 1992 e o fim da guerra “civil” estabeleceram um silêncio oficial relativamente ao conflito armado. Doutro lado o período viu o estado, liderado pela Frelimo, investir significativamente numa política de celebração e memorialização da luta de libertação e dos heróis nacionais. A prática destas políticas não foi sem problema no terreno no entanto. Pois não houve luta de libertação em todo o território nacional e há zonas onde o silêncio sobre a última guerra não foi do interesse de certas populações ou instituições. Esta apresentação discute esta dinâmica a nível local (quando, porque, como, e com quais consequências), focando sobre a província de Inhambane onde não foram construídos monumentos a luta de libertação mas onde foram erectos vários monumentos ligados a última guerra, resultando numa forte luta simbólica.

Victor Igreja - University of Queensland, Austrália

Resources of violence and war for political negotiations and legitimacy in Mozambique

Following twenty years (1992-2012) of celebrated peace and reconciliation, Mozambique descended again into a new civil war pitting again the Frelimo government and the armed-wing of the Renamo party. Mainstream and often a historical explanations in Mozambique for the escalation of violence into a new civil war focus on political elite's struggles for the control of mineral and economic resources in Mozambique. These types of explanations are insufficient to account for the new civil war in the country. Instead, following an historical analysis, I argue that the lack of accountability and truth for the serious crimes committed during the first post-independence civil war (1976-1992) has contributed to maintain a political climate of an "open-ended" transition. For two decades, Frelimo and Renamo lawmakers could not let go of their deeply divisive past; both parties used "memories as weapons" whereby the new democratic institutions, particularly the national parliament, constituted platforms to mutually accuse one another of perpetration of serious human rights violations and war crimes during the first civil war. These memory wars reinforced the mutual denial of each other's legitimacy as valid political interlocutors. While Frelimo and Renamo lawmakers were successful in adopting significant formal legislation, typical of pluralistic democracies, they failed to transform the legal formalisms into new democratic practices centered on dialogue and negotiations. Within this context, the commitment to reconciliation remained elusive and the Frelimo government and Renamo consistently reverted to violence as resources to foster political negotiations and establish political legitimacy in the new context of pluralistic democracy.

Manuel de Araújo e Nobre Canhangá - Conselho Municipal de Quelimane e Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique

Os desafios da consolidação da democracia e da construção do Estado: Um olhar sobre as eleições locais de 2013

O nosso principal argumento é de que o processo de consolidação da democracia e, conseqüentemente, a estabilidade política, depende da interacção entre os mais diversificados actores que asseguram a legitimidade das instituições do Estado (Renno, Smith, Laiton & Batista, 2000). Os esforços e tentativas de buscar ganhos eleitorais de forma incondicional, as tentativas de asfixiar as liberdades políticas dos cidadãos e/ou das instituições usando os meios repressivos do Estado, o desrespeito pelas vidas humanas e uma gestão deficiente do processo eleitoral, serviram para confirmar que: a) durante as eleições locais de 2013 houve tentativas de romper a ordens constitucionais democraticamente institucionalizadas e as dificuldades de alguns segmentos político-sociais em aderirem às regras do jogo democrático na resolução de conflitos; b) as últimas décadas do processo de democratização não favoreceram o equilíbrio no tratamento dos diferentes actores políticos, o que colocou em causa a estabilidade e os aspectos relacionados com a protecção das liberdades dos cidadãos. O artigo enquadra-se no debate sobre a relação de diferentes actores políticos envolvidos no processo da construção do Estado e consolidação da democracia e explora a trajectória da transição e estabilidade política em Moçambique. Para tal, o enfoque analítico reside no exame da dinâmica dos conflitos eleitorais registados em Novembro de 2013, assim como, os factores que no decorrer daquele processo eleitoral revelaram-se menos capazes de estabelecer equilíbrio no tratamento dos diferentes actores da vida política, de maneira que precipitaram o uso excessivo da força policial e colocaram em causa a legitimidade das instituições do Estado.

Adriano Nuvunga – ISS/Erasmus University Rotterdam, Holanda

From the Two-Party to the Dominant- Party System in Mozambique, 1994 – 2012. Framing Frelimo Party Dominance in Context

This paper examines the abrupt end of Mozambique's vibrant two-party system, which, by the middle of the past decade, had developed into a dominant-party system, instead of institutionalizing, as was the case in other African third wave democracies. While, from the second election, in 1999, the former rebel movement, RENAMO, went head-to-head with the former liberation movement, the ruling Frelimo, from the third election, held in 2004, RENAMO experienced a significant loss of votes, a loss repeated in 2009. This paved the way for a Frelimo breakthrough to dominance despite the fact that its voter share remained almost the same in all four elections. These developments are probed through a two-perspective theoretical framework consisting of the social conflict theory and the historical institutionalism. The actual research found neither salient structural factors nor legacies of the past to account for the developments in the party system. The underlying mechanisms in each of the sub-cases unveiled strategic factors related to the political use by Frelimo of the state apparatus for partisan gain. As far as the sequence is concerned, the thesis shows that after retaining state control in a problematic election in 1999, the government embarked on administrative reforms, mainly at the local level, resulting in an uneven playing field for political competition. This has resulted in shrinkage of the political space available for RENAMO, for example, its local structures for political and electoral mobilization collapsed, which contributed significantly to its disastrous results in the 2004 and 2009 elections. While there are internal weaknesses within the opposition, the use of state power to enrich the Frelimo elites, strengthening the financial capacity of the Frelimo party and promoting intra-party unity while starving the opposition groups, has exacerbated the weakness of the opposition. All things considered, this paper argues that the failure to institutionalize the two-party system and the development in its place of a dominant-party system is embedded in the political use by Frelimo of the state apparatus to weaken the ability of opposition groups to challenge its grip on control of the state. So, although there are internal weaknesses within the opposition parties, the conclusions underscore the role of the state not as a neutral playing field but rather as playing role in protecting Frelimo's power.

Painel D2: Conflito e construção do Estado II

Elisio Macamo e Nora Julien - Universidade de Basileia, Suíça

Indústrias extractivas e reconfiguração do político em Moçambique

O caso de estudo, que faz parte dum projecto de pesquisa sobre a cooperação Sul-Sul, é a cidade de Moatize e os processos ligados à presença da multinacional brasileira, Vale do Rio Doce. No centro da análise está a política contestatária protagonizada pelas populações locais (Cateme) que é analisada como uma manifestação de exigência de direitos colectivos susceptível de introduzir novas formas de fazer política. Ao contrário da abordagem normativa na base do sistema tradicional de auxílio ao desenvolvimento a nossa contribuição não define a democracia como pré-condição para uma exploração justa dos recursos naturais. Ela parte da ideia de que a democracia é o resultado contingente de processos contestatários cuja morfologia pode ser entendida a partir dum estudo cuidado dos processos políticos locais desencadeados pela presença de investimentos estrangeiros.

Fernanda Gallo - Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Reassentado em Moatize, um processo que se repete?

A partir de uma perspectiva histórica-antropológica, o presente texto procura debater o processo de reassentamento na Província de Tete, em especial na Vila de Moatize. Entende-se que a

discussão sobre os actuais reassentamentos, deve inserir a problemática dos aldeamentos coloniais e das aldeias comunais, como parte do processo de deslocamento das populações da região pesquisada. Interessa pontuar as possíveis semelhanças e dissemelhanças das três práticas deslocadas

José Macuane e Lars Buur – Universidade Eduardo Mondlane e Roskilde University, Moçambique e Dinamarca

Understanding Mozambique's political settlement: implications for natural resource extraction

This paper argues that even though more opportunities have become available through large-scale foreign direct investments in Mozambique's rich natural resource endowments from the mid- to late-2000s, access to these opportunities has so far been monopolized. It is not only that opposition access to the business opportunities generated by these investments does not seem to have been substantially broadened, they have also become concentrated within the ruling Frelimo coalition as a new development. Since the mid-2000s, the Guebuza faction has been able to control rents because the party, state and economic power has now been concentrated in one Frelimo faction. So while the emerging extractive economy is on a scale far exceeding anything experienced so far, the Frelimo ruling elites, especially the faction aligned with President Guebuza, are positioning themselves to control and benefit from it, thereby leaving little space for other Frelimo factions – not to mention independent or opposition groups – to benefit. This has created ample ground for societal conflicts.

Painel D3: Lutas sindicais

Claudia Durans – Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Reestruturação produtiva e mundialização de capital, os movimentos sociais e estratégias contemporâneas

Este texto é parte da tese de doutorado defendido em 2006 na Universidade de Pernambuco. Objectiva analisar a inserção do Maranhão no desenvolvimento capitalista recente que, na perspectiva de enfrentar sua crise busca ocupar todos os espaços de exploração de recursos minerais e de força de trabalho, causando impactos destruidores à natureza e às populações, desorganizando o espaço e reconstruindo a partir de sua lógica.

Dinga Sikwebu – NUMSA, África do Sul

National union of metalworkers of south Africa's role in building a united front against neoliberalism

Judith Marshall – York University, Canadá

Workers in the neo-liberal world order: Relations with capital, governments and their unions

The neoliberal onslaught that has swept the world since the 1970s has been established through distinct paths, transforming in its wake former welfare states and those professing socialism, states that have triumphed over colonialism and white minority regimes and states currently ruled by military dictatorships. In the most recent period, powerful transnational in the mining, oil and gas sectors have become the leading forces in consolidating this neoliberal world order. They have been spurred on by the "commodities super cycle" from 2002-2012 which saw average price increases of 150% (NI:2014), with minerals feeding primarily into China's seemingly insatiable appetite as it carries out widespread industrialization.

Painel E1: Estado, poder local e serviços públicos I

Domingos M. do Rosário e Egídio Guambe – Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique

Redes de gestão de água em Nacala: expandir a distribuição ou a dominação?

A partir de uma perspectiva socio-histórica e entrevistas com membros das comunidades, comités de água, Ong's locais e representantes do Estado que trabalham no sector de águas ao nível local, queremos mostrar como é que o processo de descolonização e a “guerra civil”, que devastou o tecido social da população, desestruturou as redes de relações de poder estabelecidas no processo de gestão e distribuição de água nas diferentes comunidades de Nacala. E como as novas lógicas das reformas político-económicas, ora em curso, tentam reconfigurar as conexões políticas a partir da gestão de água. Portanto, a nossa preocupação fundamental é discutir como é que no âmbito das reformas em curso em Moçambique a abertura, expansão e gestão da “rede” de abastecimento de água, nas diferentes “comunidades” do distrito de Nacala (i) serve como mecanismo de dominação e de reconquista; (ii) assim como serve de meio para a consolidação de posições de poder e de instrumento de (re) construção de pequenas oligarquias, de influentes locais, ligados ao partido no poder, através dos processos de indicação dos lugares de instalação de fontes e do uso indevido das quotizações feitas pelos membros das comunidades; e finalmente (iii) perceber como é que a partir das redes de relações estabelecidas entre a população, o Estado e as Ong's ao nível de Nacala, o Estado se faz na população a partir da acção das Ong's neste mecanismo de expansão, distribuição e gestão de água.

Rosella Alba, Alex Bolding e Raphaelle Ducrot - Wageningen University, Universidade Eduardo Mondlane e CIRAD, Holanda, Moçambique e França

The art of allocating water through licences and taxes. State power and water resource management in Mozambique

The paper re-constructs the articulation of water rights framework in Mozambican water policies and practices. This process is analyzed through three key ‘moments’ in the history or policy episodes (Cf. Wester 2008). The first episode traces the emergence of the policy during the Portuguese time and its formalization in the 1991 Water Act, the second focuses on the neoliberal transformations occurred in the 1990s and the third describes the promotion and acceleration of the operationalization of the water right framework from the early 2000s onwards. By looking at the developments occurring in the water sector, the analysis features the transformation of the role of the State in the control and exploitation of water resources from the Colonial ‘hydraulic mission’ to the current involvement of state institutions in large-scale investments in agriculture. Three elements characterize the reform process. First, by managing hydraulic infrastructures (e.g. dams, irrigation schemes), creating decentralized state administrations and formalizing water rights, state’s institutions secured their top-down control over water resources allocation. The post-colonial State inherited the authoritarian and centralized mode of ordering the relationship between central and decentralized administrations and between state authorities and water users reserving little space for democratic participation. Second, a ‘support network’ (Wester and Rap, 2013) of national and international policy actors (e.g. state bureaucrats, consultants, politicians, academics and aid workers) emerged and influenced the policy process from inside and outside State institutions. Along the time, these actors sitting in the control room adapted to new circumstances holding down their powerful positions. Third, on the ground water rights have been translated in several heterogeneous practices influenced by the size of the water users and political ties with the ruling party and the local water authority. In Limpopo River Basin, large-scale users and state owned companies have benefitted from ‘special’ deals that guarantee them availability of land and water resources

(Ganho, 2013), meanwhile smallholder farmers have remained ‘invisible’ and their water needs unaccounted (Veldwisch et al. 2012).

Euclides Gonçalves – IESE/Kaleidoscopio, Moçambique

Inharrime pelas estradas: notas sobre descentralização e serviços públicos num distrito da província de Inhambane

Em Moçambique, o processo de descentralização no subsector de estradas ainda está na sua infância. Enquanto a nível do discurso este projecto está expresso de forma inequívoca, na prática existe uma desconcentração para os distritos de actividades e recursos cujos resultados encontram uma resposta ambivalente tanto dos representantes locais do estado como dos beneficiários. Com base em seis semanas de trabalho de terreno no distrito de Inharrime, no Sul da província de Inhambane, discuto a relação entre o processo de descentralização em curso e natureza da provisão de serviços públicos. No centro da discussão está o processo de reabilitação de duas estradas no distrito de Inharrime – uma “abandonada” e outra “durável.” A análise justapõe os discursos dos representantes locais do estado e da Administração Nacional de Estradas e mostra como a planificação, execução, monitoria e manutenção de estradas feita a nível do distrito não coloca os utentes no centro do processo. Os resultados da análise mostram como a contribuição do sub-sector de estradas para o processo de desenvolvimento em Moçambique passa por integrar na planificação e oferta de serviços públicos as histórias e imaginários dos grupos beneficiários.

Painel E2: Estado, poder local e serviços públicos II

Raphaëlle Ducrot – Universidade Eduardo Mondlane /CIRAD, Moçambique e França

Como as relações entre serviços técnicos, sector privado e comunidades impactam a equidade social e territorial das intervenções públicas: Exemplo do programa PRONASAR no distrito semi-árido de Mabalane (Gaza)

Esta comunicação analisa como as modalidades de implementação do programa PROSANAR, em particular as interacções entre os principais actores (serviços técnicos provinciais e distritais, consultorias encarregadas da fiscalização, da construção dos furos e do programa de educação comunitária, assim como as comunidades locais e seus líderes), afectaram os resultados no distrito de Mabalane, em particular, na equidade social e territorial em relação ao acesso à água.

Salvador Forquilha – IESE, Moçambique

Reformas de descentralização e serviços públicos em Moçambique: Um olhar ao sector agrário a partir de experiências locais

No contexto das reformas políticas dos anos 1990, particularmente na África subsaariana, a descentralização surge como elemento importante não só no reforço do processo democrático como também no melhoramento da provisão de serviços públicos (Crook & Manor 2000; Manor 1999; Jütting et al. 2004; Olowu & Wunsch 2004; Manor 2011 Booth, 2010; Manor, 2011; Batley, McCourt & Mcloughlin, 2012). Apesar disso, em muitos casos, a relação entre reformas de descentralização e melhoria de serviços públicos não é assim tão linear, na medida em que ela carece de evidências (Crawford & Hartman 2008). Com base em trabalho de campo efectuado no distrito de Ribáuè, esta comunicação procura analisar a maneira como as reformas de descentralização, implementadas desde os anos 1990, afectam a provisão de serviços no sector da agricultura a nível local. Trata-se de interrogar em que medida o conjunto de reformas efectuadas, não só a nível do sector público, em geral, como também do próprio sector da agricultura, de uma forma particular, tem estado a afectar os serviços na área de assistência

aos pequenos produtores e comercialização agrícola. A comunicação sublinha o argumento segundo o qual, apesar de o sector agrário estar a conhecer reformas importantes, cristalizadas em programas, políticas e estratégias, os seus efeitos são fragilizados essencialmente por dois factores inter-relacionados: O primeiro factor diz respeito à fraca institucionalização do Estado a nível local, resultante por um lado de uma descentralização administrativa que não permite uma actuação efectiva do sector e, por outro, de insignificante investimento em recursos humanos, materiais e financeiros nos locais onde efectivamente acontece a produção agrícola; O segundo factor refere-se à incoerência institucional, cristalizada, por um lado, na ausência de uma priorização consequente na alocação de recursos, em conformidade com o preconizado pelos programas, políticas e estratégias sectoriais e, por outro, na ausência de uma abordagem holística dos desafios do sector agrário, que permita mobilizar acções complementares de outros sectores.

Painel F1: Estado, produção de alimentos e cidadania

Channing Arndt, Sam Jones e Vincenzo Salvucci - United Nations University e University of Copenhagen, Dinamarca

When do relative prices matter for measuring income inequality? The case of food prices in Mozambique

Using Mozambican household budget survey and price data from 2002/03 and 2008/09, we show that accounting for the relative price changes driven by the food and fuel price crisis substantially increases real inequality, by about two Gini points. This result is obtained by computing a price deflator that explicitly reflects divergent price dynamics of different product categories. The difference in measured inequality is larger in regions where consumers are more dependent on imported food, particularly those in urban and southern areas. Since the main factors driving this result prevail in other countries, the approach points to the likelihood of widespread under-estimation of inequality as a result of the secular increase in basic food prices observed since about 2001, and sharp increases experienced during the 2007-2009 food price crisis.

Egídio Chaimite – IESE, Moçambique

Das revoltas às marchas: a emergência de um repertório de acção colectiva

Kajsa Johansson e Michael Sambo - Universidade de Linnaeus e IESE, Suécia e Moçambique

Revoltas do pão: Um exercício de cidadania? Da percepção económica e sociopolítica dos manifestantes à realidade oficial

Este artigo tem como foco as manifestações decorridas na cidade de Maputo em 2008 e 2010 contra a subida de preço do pão e serviços básicos como transporte, energia e água. O artigo visa analisar as manifestações sob ponto de vista de exercício de cidadania. Este artigo também irá analisar as razões das manifestações, partindo duma análise de desigualdade económica e de oportunidades. Estas dimensões de desigualdade serão discutidas no sentido absoluto, olhando por exemplo a flutuação dos preços dos produtos alimentares básico e salários, mas também no sentido relativo. Este segundo sentido baseia-se não somente nos dados estatísticos mas também nas percepções dos manifestantes sobre a situação económica e política do país e a questão de redistribuição da riqueza e das oportunidades. Portanto, o artigo coloca no centro a percepção dos manifestantes sobre a situação económica e política, e relaciona esta com a situação socioeconómica vigente no país através de uma análise de dados oficiais.

Ola Bello e Kathryn Sturman - SAIIA and University of Queensland, África do Sul e Austrália

Opportunities and challenges for local food procurement by mining companies in Southern Africa: Case studies from Malawi and Mozambique

The research focuses on two case studies of whether and how local food procurement by mining companies can make a sustainable contribution to local development and poverty reduction. The cases are both in Southern Africa, where the more common practice is for mining companies to import food from large suppliers by road and air from South Africa. In this context, the research will explore challenges and opportunities for companies to buy food locally. It will consider what requirements local suppliers need to meet to make it worthwhile for the companies to go beyond corporate social investment in agriculture to integrate local development needs with operational demands. The research question is: what factors can create a win-win local food procurement policy for mining companies and local farmers, food processors and suppliers, which has a sustainable positive impact on livelihoods and food security beyond the life of the mine?

Painel F2: Estado e protecção social

António Francisco e Gustavo Sugahara – IESE e Instituto Universitário de Lisboa, Moçambique e Portugal

Reflexão acerca do impacto da implementação de uma pensão universal para idosos em Moçambique

Do ponto de vista do quadro legal, Moçambique observou recentemente avanços significativos no enquadramento a abordagem nacional à protecção social. Nos últimos cinco anos foram aprovados: (i) a Estratégia Nacional para a Segurança Social Básica 2010-2014; (ii) A lei de protecção social; e (iii) a Regulação da Lei, aprovada em 2009 (Decreto 85/2009). Todos estes documentos têm sido enaltecidos de forma unânime pelos diversos atores envolvidos no debate acerca da protecção social no país. Neste artigo buscamos explorar quais seriam os impactos directos e indirectos da implementação da pensão universal para idosos com base em cenários de benefícios compatíveis com os níveis de produção do país. Partindo de uma discussão conceptual acerca do impacto do ponto de vista económico-institucional, avançamos também para a análise do impacto em termos de redução da pobreza das famílias, e mais especificamente: Quais seriam as regiões do país mais beneficiadas? Qual o impacto esperado em termos de formalização e criação de mercados? Poderia a pensão universal, e o consequente reforço do sistema financeiro, estimular a poupança de modo geral no país?

Assumindo que Moçambique deseja aprofundar a formalização da sua economia, seria a construção de um sistema de protecção social formal compatível com este desígnio? Teria uma pensão universal capacidade de jogar um papel competitivo e incentivador da alteração da correlação de forças e da capacidade negocial dos idosos, no seio da família e da sociedade em geral. Qual o impacto esperado do ponto de vista das relações inter-geracional? Mudaria o comportamento de mulheres e homens em idade reprodutiva? Seria capaz de acelerar da transição demográfica?

Boaventura Manuel Cau - Universidade Eduardo Mondlane e Centro de Pesquisa em População e Saúde, Moçambique

A desigualdade socioeconómica e a transição demográfica em Moçambique

Neste estudo, dados dos Inquéritos Demográficos e de Saúde de Moçambique de 1997, 2003 e 2011 são usados para examinar a influência da desigualdade socioeconómica na fecundidade e mortalidade na infância entre mulheres casadas ou em união na faixa etária dos 15-49 anos. Devido à limitação dos dados, como principais medidas de desigualdade socioeconómica usa-se o nível de educação da mulher, uma escala indicado o nível de riqueza do agregado familiar

da mulher e a posição de ocupação profissional da mulher. A fecundidade é medida através do número de filhos nascidos vivos de cada mulher e a mortalidade na infância através do número de filhos de cada mulher que morreram antes de completar 5 anos de idade. Para análise dos dados, usou-se a Regressão Binomial Negativa no pacote estatístico STATA versão 11, fazendo um ajustamento pelo número de filhos nascidos vivos na análise referente à mortalidade. Várias variáveis representando factores teoricamente associados com a fecundidade e a mortalidade na infância em Moçambique foram usadas como variáveis de controlo. Os resultados preliminares revelam que a desigualdade socioeconómica constitui uma barreira para a redução da fecundidade e da mortalidade em Moçambique. Em comparação com as mulheres numa posição socioeconómica elevada, as mulheres numa posição socioeconómica baixa têm maior número de filhos e os seus filhos são mais susceptíveis de morrer. Estas constatações têm implicações políticas importantes e sugerem que reduzindo os níveis de desigualdade socioeconómica em Moçambique poderia se baixar a fecundidade e a mortalidade, contribuindo para uma melhoria na saúde das mães e seus filhos.

Carlos Arnaldo e Rogers Hansine – Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique

Dividendo demográfico em Moçambique: Oportunidades e desafios

Os dados demográficos de Moçambique indicam que o país iniciou o seu processo de transição demográfica e poderá, em consequência disso, experimentar num futuro próximo o seu dividendo demográfico. Este artigo, com base nos dados dos censos de população entre 1950 e 2007 e das projecções de população até 2040, analisa as oportunidades aliadas as mudanças na estrutura da população em Moçambique e os desafios que se levantam a nível de políticas socioeconómicas que permitam tirar proveito do dividendo demográfico.

Signe Arnfred - Roskilde University, Dinamarca

Gender in contexts of development of society and globalization

How come that – after many years of state and development policies of gender equality and women’s rights – results are not more impressive? In order to answer this question the paper discusses another question, put in a more nuanced way: Which are the possibilities and limitations of gender equality policies as practiced by the Mozambican state and by international development organizations, seen from the vantage points of different groups of women in Mozambique?

And further: What do gender equality policies actually imply? How do they match real life situations of Mozambican men and women? And which Mozambican men and women are we talking about? Living conditions differ quite substantially from urban to rural areas, and from north to south in Mozambique, due to different kinship structures (matrilineal systems in the north, patrilineal in the center/south) and to different socio-economic influences from neighboring countries and religions, as well as from Portuguese colonialism and from Christian missions.

The paper’s discussions are based on empirical material from research in northern Mozambique over three decades, latest in 2013, as well as on previous analysis of gender-and-development discourses. Perspectives and approaches are informed by post-colonial African feminist critique.

Painel G1: China, Brasil e África I

Sérgio Chichava e Aslak Orre – IESE, Moçambique

A China na imprensa moçambicana

A China é, de entre os denominados países “emergentes”, aquele cuja presença em Moçambique tem se destacado e mais debates tem gerado nos diferentes fóruns de discussão. Este artigo tem como propósito mostrar como a imprensa moçambicana faz a cobertura da presença chinesa em Moçambique.

Mauro Cuna – Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique

Instituto Confúcius: análise qualitativa do *soft power* chinês em Moçambique

Ana Garcia e Karina Kato - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Relações político-empresariais entre Brasil e África: exportações de um modelo de desenvolvimento?

Este artigo resulta de uma pesquisa de campo realizada em Angola e Moçambique, que procurou mapear a inserção brasileira em termos de financiamento, investimento e cooperação nesses dois países. Apresentaremos uma síntese da percepção de atores angolanos e moçambicanos sobre esses projectos nos níveis de governo, sector privado, sociedade civil e movimentos sociais, em diferentes sectores. Desse modo, apresentaremos um mapeamento da actual inserção brasileira em Moçambique e Angola, compreendendo seus aspectos positivos e negativos sob o ponto de vista do desenvolvimento local, averiguando diferenças e semelhanças de projectos envolvendo atores brasileiros e os de outros países “emergentes” (como a China) e das potências tradicionais.

Euclides Gonçalves, Arilson Favareto e Alex Shankland – IESE/Kaleidoscopio; Universidade Federal do ABC; Institute of Development Studies, Moçambique, Brasil e Reino Unido

Movimentos sociais e a contestação transnacional do “modelo brasileiro” de desenvolvimento agrário: o Prosavana como discurso performativo

Este artigo explora a resposta de movimentos sociais ao “modelo brasileiro” de desenvolvimento agrário ilustrado pelo ProSavana. Tomando como base entrevistas e pesquisa de terreno nas províncias de Nampula e Niassa, o artigo mostra como apesar de o ProSavana encontrar-se ainda na fase de definição e início de actividades, o projecto materializa-se como um discurso performativo. Este discurso, é animado por dois artefactos – o vídeo “*A Face Oculta do ProSavana*” e a “Nota conceptual do ProSavana. Estes artefactos, orientam o posicionamento e os discursos da UNAC e do Governo de Moçambique, representantes dos interesses dos camponeses e do projecto respectivamente.

Painel G2: China, Brasil e África II

Ana Ribeiro - University of Leipzig, Alemanha

Tete: Historical meeting place for Brazilian and Mozambican developments elites?

Mostly focused on coal exploration in Mozambique, I will contribute (to the debate) offering historical insights, through area studies and political economy, related to the Brazilian presence in Tete. Different global-scale theories on development over time will be analyzed as framing the relations between and priorities of the elites on the Mozambican and Brazilian sides. A developmentalist impetus on both sides, as well as some ease in communicating due to the Portuguese language, may have offered some common ground. Other projects with Brazil dealing with capitalist expansion through capacitation – such as ProSavana, the SMM

antiretroviral factory and small business assistance – will also be briefly considered. I will also discuss what specifically the Brazilian and Mozambican elites may be offering each other in terms of helping develop their respective capital, as opposed to donors from the “global North.”

Bolesław K. Jaszczuk - EC Commission Expert, Polónia

China And The IMF–Two Ways Of Economic Cooperation

People’s Republic of China and the International Monetary Fund play significant role as the most important economic partners with African states. Despite of substantial differences existing between tools used by these two subjects it is justified to compare an essence and results of their policy towards Africa. Policies of China as well as the IMF applied toward developing countries are based on different political or ideological principles. The Chinese model of cooperation with Africa seems to be more attractive in comparison with economic activity of developed countries for whom for many years Africa was the “forgotten continent” regarded by them as the region without real development chances and also compared with more active and at the same time less flexible international financial institutions as well. This opinion was several times confirmed by African policymakers. Whilst the credits granted by the IMF are directed mainly for maintenance of financial stability, the China-Africa Development Fund has invested at least 2.4 billion U.S. dollars in African infrastructure and commercial projects financing in mineral resources, machinery manufacturing, power generation, agricultural and infrastructure.

The paper entitled ‘China And The IMF–Two Ways Of Economic Cooperation’ will concern five selected East African countries – Mozambique, Kenya, Zambia and Uganda where China’s and the IMF activities are seen, and the comparison of two ways of cooperation could be representative for the other African and developing countries.

Jorge Njal - Universidade Normal de Zhejiang, China

Financiamento da construção da ponte Maputo-Katembe: a história de um processo

O artigo pretende abordar a dinâmica do processo que envolveu três governos, de Moçambique, China e Portugal, além do Município de Maputo, no projecto d construção da ponte Maputo-catembe. Outro objectivo é de contextualizar a política de financiamentos chineses a obras de grande envergadura e igualmente procurar-se-á explicar os motivos subjacentes que levam a China a financiar tais empreendimentos. O artigo se auxiliará de alguns exemplos de situações similares no continente africano que reforçarão a ideia de que financiamentos chineses para obras públicas têm às vezes gerado controvérsia em parte devido a interesses políticos das lideranças africanas e aos condicionalismos impostos pela China que estabelecem por exemplo que pelo menos 50% do financiamento devem pagar produtos e serviços chineses.

Carolina Milhorange de Castro – CIRAD/Universidade de Brasília, França e Brasil

A comparison of Brazil’s relations with Malawi and Mozambique: What role for African domestic institutions?

This article aims to discuss how national contexts and institutions can interact with and alter some of the effects of emerging foreign aid and investments. Drawing upon the Brazilian private and public engagement with African countries, particularly Mozambique and Malawi, the study provides an appraisal of the interaction of domestic and international dynamics in regard to FDI and technical cooperation. It is based on the case study of a development cooperation project – the PAA Africa – supported by Brazil in the two neighbor countries as well the infrastructure development project executed by the mining company Vale SA – the Nacala corridor railway. The article provides insights on the capacity of Brazilian Governmental and private actors in fostering territorial and economic integration in the region.